

O romanceiro tradicional na Lusofonía e na Galiza

José Luís Forneiro

Formas de citación recomendadas

1 | Por referencia a esta publicación electrónica*

FORNEIRO, JOSÉ LUÍS (2011 [2011]). “O romanceiro tradicional na Lusofonía e na Galiza”. *Boletín Galego de Literatura*: 45, 197-206. Reedición en *poesiagalega.org*. Arquivo de poéticas contemporáneas na cultura. <<http://www.poesiagalega.org/arquivo/ficha/f/1559>>.

2 | Por referencia á publicación orixinal

FORNEIRO, JOSÉ LUÍS (2011). “O romanceiro tradicional na Lusofonía e na Galiza”. *Boletín Galego de Literatura*: 45, 197-206.

* Edición dispoñíbel desde o 23 de decembro de 2011 a partir dalgunha das tres vías seguintes: 1) arquivo facilitado polo autor/a ou editor/a, 2) documento existente en repositorios institucionais de acceso público, 3) copia dixitalizada polo equipo de *poesiagalega.org* coas autorizacións pertinentes cando así o demanda a lexislación sobre dereitos de autor. En relación coa primeira alternativa, podería haber diferenzas, xurdidas xa durante o proceso de edición orixinal, entre este texto en pdf e o realmente publicado no seu día. O GAAP e o equipo do proxecto agradecen a colaboración de autores e editores.

O romanceiro tradicional na Lusofonia e na Galiza

José Luís Forneiro

[Recibido, xaneiro 2011; aceptado, marzo 2011]

RESUMO Neste trabalho dá-se conta da história, da vitalidade e das características do romanceiro tradicional da Galiza e do daqueles territórios onde se fala a língua portuguesa. Pode-se comprovar, assim, quais os elementos que compartilham ou que diferenciam os romances galegos com os dos países da denominada Lusofonia.

PALABRAS CHAVE: literatura oral, lusofonia, romanceiro.

ABSTRACT This paper shows the history, vitality and features of the traditional collection of ballads in Galicia and in those territories where the Portuguese language is spoken. It may be thus observed the elements being shared by and which entail a difference between the Galician ballads and those produced in the countries of the so-called *Lusofonia*.

KEYWORDS: collection of ballads, *lusofonia*, oral literature.

197

Como é sabido o romanceiro é um género derivado dos velhos cantares épicos castelhanos: os jograis repetiam as cenas de que mais gostava o público e mais tarde estes fragmentos se constituíam num novo género que desde cedo acolheu outros assuntos como a matéria carolíngia, artúrica ou romancesca, ligando, assim, o romanceiro hispânico à poesia narrativa tradicional europeia, isto é à balada.

Este novo género nascido na Castela do século XIV, ou mesmo no século anterior, seria exportado posteriormente para as outras áreas de línguas íbero-românicas. Existem testemunhos de que o romance já tinha chegado, antes da invenção da imprensa, através do canto e da música às cortes da Catalunha e de Portugal no século XV (Menéndez Pidal, 1968: 19) e sabemos, graças à literatura de Gil Vicente, que no século XVI, já começava a tradicionalizar-se junto das classes populares portuguesas (Menéndez Pidal, 1968: 209-210). Durante os séculos XVI-XVII a presença do romanceiro em terras portuguesas está testemunhada nas abonações de mais de 80 temas romancísticos na

obra de cerca de 50 escritores lusos, dados que conhecemos através do levantamento realizado pela filóloga luso-alemã Michaëlis de Vasconcelos (1907-1909) antes de 1907. À diferença do que ocorreu no centro da Península os portugueses não reuniram nem uma só colectânea dedicada à poesia que cantava o seu povo. Muito provavelmente o bilinguismo literário daquela altura, que fazia com que muitos escritores portugueses considerassem a literatura castelhana como sua, explique que não sentissem necessidade de compilar os romances do seu país (Fontes, 1997: 9); da mesma maneira, não foi precisa a tradução de obras em castelhano como o *Quixote* (mesmo há duas reimpressões em Lisboa do mesmo ano da edição *princeps* de 1605), livro que só seria traduzido para português em 1794 (Araújo, 2005: 32). Portanto, os romances castelhanos tiveram a mesma função nas culturas de Portugal e de Castela; sirva como exemplo, o facto de os portugueses lembrarem romances castelhanos na sua expansão por terras da Ásia, tal como os espanhóis o faziam na sua conquista do continente americano (Menéndez Pidal, 1968: 209-210).

Durante o século XVIII as camadas cultas distanciam-se das práticas culturais das classes populares, incluído o canto e a recitação de romances tradicionais, e só no século XIX, ao calor do Romantismo, voltarão a interessar-se pela cultura popular, nomeadamente pela literatura de tradição oral. O primeiro em coligir romances da tradição oral contemporânea foi o escritor português Almeida Garret antes de 1824 (Ferré, 2000: 67) e, mais tarde, nos fins de século XIX e inícios do século XX, os principais pioneiros da filologia portuguesa moderna (Adolfo Coelho, Carolina Michaëlis e José Leite de Vasconcelos) preocuparam-se de recolher e estudar o romanceiro de Portugal. O descobrimento da vitalidade do romanceiro no seu território originário, Castela, por Ramón Menéndez Pidal em 1900 causou a perda de interesse por este género da literatura tradicional em Portugal, tal como na Catalunha, pois, a partir dessa altura o romanceiro não servia mais como elemento de diferenciação nacional a respeito do centro peninsular. Será a partir da década de 1960 quando a poesia narrativa tradicional volte a ser atendida pelos filólogos portugueses, em boa medida animada por Luís Filipe Lindley Cintra, que havia trabalhado com Menéndez Pidal em fins da década de 1940. Hoje a tradição romancística portuguesa está muito bem recolhida, arquivada e analisada por professores das universidades de Lisboa, Porto e, nomeadamente, de Faro. Podemos aqui indicar que no sistema universitário português existem cadeiras dedicadas à literatura oral e, mesmo, ao romanceiro.

Por isto tudo, o romancelheiro português provavelmente seja o mais bem conhecido de todos. Caracteriza-se por ser o ramo do romancelheiro ibérico que mais evoluiu, já que apresenta uma maior presença do diálogo sobre a narração que as versões antigas e que os textos obtidos na tradição moderna doutros territórios (Petersen, 1972: 170). A maioria dos temas do repertório romancístico português são de raiz castelhana, pois tão só seis têm uma origem portuguesa, três deles derivados do poema em castelhano com que Gil Vicente fechava a sua *Tragicomedia de D. Duardos* (c. 1525) (Fontes, 1997: 10); por outro lado, considera-se que possivelmente outros quatro temas talvez pudessem ter sido compostos em Portugal (Fontes, 1997: 11). Quanto à difusão do romancelheiro em terras lusitanas as áreas privilegiadas para a recolha do acervo português são, quantitativa e qualitativamente Trás-os-Montes e os arquipélagos da Madeira e dos Açores (Fontes, 1997: 7). Em termos linguísticos o romancelheiro de Portugal também é o que mais mudou, pois hoje os romances portugueses são transmitidos na língua autóctone, com algum castelhanismo esparso, em todo o país, se exceptuarmos algumas versões em castelhano ou bilingues, nomeadamente em áreas fronteiriças do distrito de Bragança (Fontes, 1997: 9-10).

De acordo com o dogma pidaliano de o romancelheiro existir em todo o lugar onde se fale uma língua íbero-românica, poderíamos encontrar romances tradicionais nos países que pertenceram ao Império português e em que o português ainda é hoje língua falada, o que na actualidade é denominado como Lusofonia. Mas a realidade nem sempre acompanha este dogma, como pôs em causa o professor Jesús Antonio Cid, do próprio Seminario Menéndez Pidal, ao tratar a vitalidade do romancelheiro em terras bascas (Cid, 1991: 550-552). Assim, no que respeita a África portuguesa no rico acervo oral de Cabo Verde conservam-se muitos contos tradicionais de raiz europeia, porém tão só é conhecida uma versão prosificada de romance da *Bela Infanta (A volta do marido)*, que, além disso, foi obtida nos Estados Unidos da América. Esta realidade cabo-verdiana é bem representativa de como uma cultura se forma da selecção, adaptação e apropriação, dos elementos que lhe chegam do exterior. Quanto à Ásia, o *corpus* romancístico é apenas um pouco melhor do que o africano: de Goa foram recolhidas cinco versões de cinco temas diferentes (quatro em território goês e uma outra dum imigrante indiano na Califónia); em Ceilão tão só se recolheram uns prováveis fragmentos em prosa da *Bela Infanta*; e em Malaca foram coligidas duas versões de dois temas diferentes (*Hero e Leandro* e *Conde Alarcos*) em crioulo de Malaca, crioulo em ambos os textos “leve”, isto

é, mais próximo do português do que o crioulo do dia-a-dia dessa antiga feitoria lusa, claro exemplo da natureza diferente da literatura oral, por ser precisamente literatura, da língua coloquial quotidiana. Nas outras antigas colónias portuguesas de África e da Ásia não foram encontrados vestígios da presença deste género literário tradicional (Fontes, 1997: 7-8).

Em troca, no Brasil, a situação é muito outra. O romanceiro foi descoberto relativamente cedo na América portuguesa: em 1873 Celso Magalhães publica dez artigos onde se encontram dezassete versões romancísticas obtidas em Pernambuco, Maranhão e Bahia, salientando nesta recolha o respeito do colector pelos textos numa época em que predominava o retoque sobre a edição rigorosa dos materiais recolhidos da tradição oral. Nesse mesmo século o conhecido folclorista brasileiro Sílvio Romero publica uma obra (*Cantos Populares do Brasil*, 1883) em que se incluíam dezassete romances, ou historiador da literatura José Veríssimo obteve uma versão junto dos índios Maué no Amazonas; no total, no século XIX foram reunidos textos de vinte e cinco romances de nove estados (45% do território). Durante todo o século XX alguns estudiosos se preocuparam de recolher romances do saber literário tradicional do Brasil, mas os resultados foram modestos, pois apenas conseguiram pequenas colectâneas, normalmente, de algumas dezenas de textos (González Pérez, 2003: 193-194). Por outro lado, são de notar os importantes estudos teóricos de Nascimento (1964, 1966) em que aplicava o estruturalismo linguístico à poética do género romanceiro. Na actualidade conhecem-se versões em todos os estados brasileiros, salvo o de Piauí, no nordeste do país, de cinquenta e dois temas diferentes (González Pérez, 2003: 194-195); três dos quatro temas mais difundidos também estão presentes na tradição galega: são os romances de *O conde Alarcos* (as versões galegas deste tema são de importação portuguesa), *O cego raptor* e *O veneno de Moriana*, este último espalhado no sul da província de Ourense.

O romanceiro americano é, em geral, mais pobre que o romanceiro europeu, quer em termos quantitativos (só se coligiram 2.500 versos de 157 temas em todo o continente), quer em termos qualitativos, pois os reportórios americanos não conservam, em geral, os romances épicos e históricos nos seus acervos, predominando neles os temas do folclore universal e também do subgénero religioso (González Pérez, 2003: 128-134). Os romances obtidos no Brasil são os da tradição portuguesa, exceptuando dois: um exclusivo do Brasil e outro compartilhado com o romanceiro sefardita (González Pérez, 2003:

195). Igualmente o saber romancístico brasileiro acolhe trinta e quatro temas desconhecidos no resto do continente americano (González Pérez, 2003: 76-81), vários dos quais estão também presentes no saber romancístico da Galiza: *Floresvento*, *O veneno de Moriana*, *O cativo*, *O cego*, *A aposta ganha*, *A vingadora da sua honra*, *Princesa peregrina*, *O gato do convento*, *O parto em terras longínquas*, *Dom Aleixo*, *A rainha e a sua escrava*, *O regresso do navegante*, *A devota caluniada*, *A Pastora Rufina*, *O presentimento do lavrador*, *Os tres reis*.

Finalmente, para completar a difusão actual do romanceiro português, é obrigado indicar a presença desta literatura junto das comunidades emigrantes portuguesas. Na década de 1970 foram recolhidos romances aos emigrantes portugueses nos Estados Unidos da América; assim, o professor Manuel da Costa Fontes obteve, entre 1970-1975, 218 versões de 100 temas na comunidade açoriana da Califórnia, e em 1978 reuniu uns 240 textos na Nova Inglaterra, Massachussets e Rhode Island de emigrantes originários dos Açores, as Beiras, Minho e Trás-os-Montes (González Pérez, 2003: 196-197).

Relativamente à Galiza o seu acervo romancístico oferece claras conexões com o romanceiro dos outros territórios onde é falado o íbero-românico ocidental, como, por exemplo, com o saber romancístico do Brasil, como já indicamos antes, mas também apresenta características bem diferentes. Mas onde a Galiza contrasta mais com a denominada Lusofonia é na edição e estudo do romanceiro no decurso da história. Em primeiro lugar, carecemos de testemunhos antigos da tradição galega: algumas das mais velhas versões romancísticas foram publicadas pelo galego Juan Rodríguez del Padrón no *Cancionero de Londres* (1500), mas este poeta e romancista passou toda a vida fora da Galiza e, conseqüentemente, parece improvável a origem galega dos romances que deu à luz. Posteriormente, Lope de Vega, um bom conhecedor da tradição oral do seu tempo, após uma breve visita à Galiza, publicou um romance em castelhano e galego-português, rico em motivos tradicionais, mas que não estava baseado em nenhum romance tradicional concreto. Portanto, carecemos de textos que testemunhem certamente a vida do romanceiro em território galego em Época Moderna, mas, a existência deste género fora do Reino de Castela (a que pertencia a Galiza), em Portugal e na Catalunha, já na mesma Idade Média, e a riqueza da tradição romancística galega contemporânea, permitem-nos supor que este tipo de poesia goza de uma longa vida na Galiza.

As primeiras versões romancísticas galegas foram publicadas pelo médico e escritor Xosé López de la Vega antes de 1870, mas foi Manuel Murguía o primeiro grande estudoso da poesia narrativa tradicional do país. Inicialmente, com intuito diferencialista a respeito de Castela, o celtómano Murguía negou, em 1865, a vida do romanceiro na Galiza, mas dada a importância deste tipo de poesia para o nacionalismo literário romântico de dois países celtas como a Escócia e a Bretanha, e a bem provada vitalidade do romanceiro em Portugal (país filho da Galiza, segundo a tese murguiana), fizeram com que o primeiro presidente da Academia Galega rectificasse e passasse a afirmar o contrário. Com este fim falsificou a tradição galega mediante a tradução e a manipulação de textos obtidos do acervo popular ou bem inventou romances, com pouca ou nenhuma base tradicional, para aparentar os romances galegos com as baladas francesas e dos países celtas, cujo exemplo mais representativo é o *Gaiferos de Mormaltán* (Forneiro, 2000: 35-45, e 2001). Esta herança textual e teórica murguiana sobre o romanceiro da Galiza tem tido inúmeros seguidores na Galiza do século XX (nomeadamente a família Carré), chegando a sua pégada, mesmo, ao século XXI, como se pode ver no livro sobre o romanceiro galego publicado pelos professores Mariño Ferro e Bernárdez (2002), onde tentam passar por autêntica esta tradição falsária enfeitando-a com os modernos trabalhos científicos sobre este género da literatura oral (Forneiro, 2006). Enquanto nos outros países de línguas íbero-românicas, as teorias acientíficas e os textos romancísticos inventados ou manipulados já foram postos definitivamente de parte, a vigência na Galiza actual das teses e dos textos murguianos neste campo literário, deve-se, ao nosso parecer, ao facto da maior parte do romanceiro galego coligido estar inédito, e à carência de uma crítica rigorosa em não poucas disciplinas da filologia e da cultura galegas. Falta, portanto, a edição das grandes colectâneas praticamente inéditas: a que compilou nos primeiros anos do século XX o polígrafo pontevedrês Víctor Said Armesto e os materiais galegos do arquivo romancístico de Ramón Menéndez Pidal, obtidos durante a primeira metade séc. XX, para além dos próprios Said Armesto e Menéndez Pidal, por colectores galegos ou forâneos como Alfonso Hervella, Alejo Hernández ou Aníbal Otero (Forneiro, 2000: 60-62). Embora haja ainda muito a fazer na edição e estudo do saber romancístico da Galiza, é preciso notar a existência dum catálogo exemplificado dos seus temas (Valenciano, 1998) (obra de que ainda carecem a maioria das tradições) e, también, o facto de ser o único romanceiro dum território não castelhano que possui um estudo do seu bilinguismo (Forneiro, 2000 e 2004).

A tradição romancística galega está testemunhada nas mais de 7.000 versões de mais de 170 temas, recolhidas, desde a década de 1860 até ao presente, nas quatro províncias, mas muito especialmente nas de Lugo e Ourense, sobretudo nas áreas mais orientais. Algumas versões galegas, poucas, foram obtidas fora da Galiza: em Portugal os filólogos Adolfo Coelho e Carolina Michaëlis recolheram em fins do século XIX alguns romances galegos (Forneiro, 2000: 45 e 50) e o mesmo Ramón Menéndez Pidal obteve em 1905 uma versão no Chile e os seus filhos recolheram em Madrid em 1921 vários textos de uma criada de Lavandeira (Lugo) (Valenciano, 1998: 52); mais recentemente a professora galego-brasileira Rosario Suárez de Albán reuniu na década de 1980 o, já muito deteriorado, saber romancístico da comunidade dos emigrantes de Pazos de Borbén (Pontevedra) em Salvador-Bahia (Alcoforado e Suárez de Albán, 1996) e, nos últimos anos, José Manuel Pedrosa, professor da Universidad de Alcalá de Henares, tem coligido em Madrid amostras do folclore galego, incluídos romances.

O romanceiro galego faz parte do “ramo septentrional” da balada íbero-românica, que está constiuída, além da Galiza, pelo norte de Portugal, Astúrias, Samora, Leão, Cantábria e norte de Palência e Burgos. Esta macro-região caracteriza-se por ser a que conserva um maior número de temas e uma maior memória dos temas das camadas mais profundas do acervo romanístico ibérico. os romances épicos, históricos e carolíngios. Na tradição galega, bem como nas outras áreas deste “ramo”, predominam os temas folclóricos e religiosos, mas no romanceiro galego salientam os catorze temas cavaleirescos actualizados em excelentes versões, a grande qualidade da maioria dos trinta e cinco romances vulgares, assim como a pobreza dos romances trovadorescos, burlescos e religiosos (Valenciano, 1998: 46-51). Quanto às suas relações com o saber romancístico português, os acervos do oeste peninsular apresentam notáveis diferenças nos subgéneros épicos e históricos, bem como no romanceiro vulgar, pois neste caso a tradição portuguesa, por causa da sua independência política a partir de 1640, importou em menor medida os temas deste subgénero. Maior coincidência oferecem ambas as tradições no que respeita ao “corpo central” do romanceiro oral moderno, aquele aparentado em muitos casos com a balada europeia e onde melhor se pode comprovar a criação poética da poesia narrativa tradicional. Este núcleo central está constituído pelos subgéneros carolíngio (provavelmente vindo através do Caminho de Santiago e cuja riqueza os separa dos outros territórios), cavaleiresco e romanesco, que somam um total de 78 temas no romanceiro da Galiza, 67

dos quais estão compartilhados, em maior ou menor medida com o saber oral do outro lado da fronteira (Valenciano, 1998: 48). Igualmente achamos coincidências nos outros sub-repatrios, e todas estas similitudes também podem encontrar-se nos outros territórios do noroeste peninsular de língua castelhana ou ástur-leonesa.

O romanceiro da Galiza, à diferença do romanceiro português, e sobretudo do catalão, carece de temas próprios, todos os romances são importados. Em termos lingüísticos, existem mais que notáveis dissimelhanças entre o saber romancístico galego e o português, pois, como já assinalámos antes, o romance em Portugal ultrapassou o castelhanismo inicial do género e hoje é transmitido em língua portuguesa; em troca, o romanceiro galego é bilingue e na sua mistura lingüística a participação da língua autóctone é inferior a que encontramos no romanceiro catalão e superior à dos romances coligidos em territórios de falas leonesas. Em consequência, o romanceiro demonstra, por um lado, que as comunidades populares, nomeadamente as rurais, da periferia ibérica não estiveram isoladas das influências culturais das outros povos e das camadas altas das suas respectivas sociedades, e, por outro, as correspondentes histórias sócio-lingüísticas.

204

Em resumo, nas relações entre os acervos deste género nascido na Castela medieval nos territórios onde na actualidade se fala o íbero-românico ocidental podemos comprovar como a pertença a Estados diferentes se reflecte no saber romancístico da Galiza e de Portugal, mas, ao mesmo tempo, também se evidencia como as fronteiras políticas não coincidem com as fronteiras lingüísticas e culturais; assim, enquanto o romanceiro do norte de Portugal comparte algumas características com todo o noroeste espanhol, a tradição galega compartilha com a portuguesa (e por extensão com a brasileira) além da presença da língua autóctone, a preferência por alguns temas e motivos, e a sensibilidade na solução dos conflitos colocados pelas fábulas romancísticas.

José Luís Forneiro

Universidade de Santiago de Compostela

Bibliografía

- Alcoforado, Doralice Fernandes Xavier e Rosário Suárez de Albán. 1996. *Romanceiro Ibérico da Bahia*. Salvador-Bahia: Livraria Universitária.
- Araújo, Teresa. 2005. “Novas traduções ao nível da imortalidade da obra”, em *Diário de Notícias*, 30/VII/2005, pp. 32-33.
- Cid, José Antonio. 1991. “El Romancero en Vizcaya, 1: Una encuesta en Guernica (1920-1921). Menéndez Pidal, el romancero y los nacionalismos ibéricos”, em *Anuario del Seminario de Filología Vasca “Julio de Urquijo. Memoriae L. Mitxelena Magistri Sacrum XIV. Vol. XIV*. San Sebastián: Diputación Foral de Guipuzkoa, pp. 527-552.
- Ferré, Pedro. 2000. *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna. Versões Publicadas entre 1828 e 1960, vol. I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fontes, Manuel da Costa. 1997. *O Romanceiro Português e Brasileiro: Índice Temático e Bibliográfico, vol. I*. Madison: Seminary of Hispanic Medieval Studies.
- Forneiro, José Luís. 2000. *El romancero tradicional de Galicia: una poesía entre dos lenguas*. Oiartzun: Sendoa.
- 2001. “Mais textos para a produção de Murguia em língua galega: o seu romanceiro apócrifo”, em *Congreso sobre Manuel Murguía*. Santiago de Compostela: Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo da Xunta de Galicia, pp. 169-188.
- 2004. *Allá em riba un rey tinba una filba. Galego e castelbano no romanceiro da Galiza*. Ourense: Difusora de Letras, Artes e Ideas.
- 2006. “Existe um romanceiro em língua galega? Uma contribuição para a crítica da cultura galega actual”, em *Actas do VIII Congreso Internacional de Estudos Galegos* (ed. Burghard Baltrusch). Universidade Federal da Bahia (inédito).
- González Pérez, Aurelio. 2003. *El Romancero en América*. Madrid: Síntesis.
- Mariño Ferro, Xosé Ramón e Carlos L. Bernárdez. 2002. *Romanceiro en lingua galega*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- Menéndez Pidal, Ramón. 1968. *Romancero Hispánico. Vol.II*. Madrid: Espasa Calpe.
- Michaëlis de Vasconcelos, Carolina. 1980 (1907-1909). *Romances Velhos em Portugal*. Porto: Lello & Irmão.

- Nascimento, Braulio de. 1964. "Procesos de Variação do Romance", em *Revista Brasileira de Folclore*, separata, pp. 3-69.
- 1966. "As Sequências Temáticas no Folclore Tradicional", em *Revista Brasileira de Folclore*, n° 15, pp. 159-189.
- Petersen, Suzanne. 1972. "Cambios estructurales en el romancero tradicional", em *El romancero en la tradición oral moderna (I Coloquio Internacional)* (coords. Diego Catalán e Samuel G. Armistead). Madrid: Cátedra-Seminario Menéndez Pidal-Rectorado de la Universidad de Madrid, pp. 167-179.
- Valenciano, Ana. 1998. *Os romances tradicionais de Galicia. Catálogo exemplificado dos seus textos*. Madrid-Santiago de Compostela: Fundación Ramón Menéndez Pidal-Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias "Ramón Piñeiro".